



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

PAULA GOMES DA SILVEIRA

**A INCLUSÃO ESCOLAR E ACESSIBILIDADE NA ESCOLA DE ENSINO
FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA**

FORTALEZA

2017

PAULA GOMES DA SILVEIRA

A INCLUSÃO ESCOLAR E ACESSIBILIDADE NA ESCOLA DE ENSINO
FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Federal do Ceará

Orientadora: Prof. Dra. Robéria Vieira Barreto
Gomes

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S59i Silveira, Paula Gomes da.
A inclusão escolar e acessibilidade na escola de ensino fundamental na rede municipal de Fortaleza /
Paula Gomes da Silveira. – 2017.
63 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Curso de Pedagogia
, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Robéria Vieira Barreto Gomes.
1. Educação Inclusiva. 2. Educação Especial. 3. Acessibilidade. I. Título.

CDD 370

PAULA GOMES DA SILVEIRA

A INCLUSÃO ESCOLAR E ACESSIBILIDADE NA ESCOLA DE ENSINO
FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Federal do Ceará

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Robéria Vieira Barreto Gomes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria José Barbosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

À minha família e ao meu marido.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Robéria Gomes, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora Profa. Dra. Maria José Barbosa e Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões.

Às professoras entrevistadas, pelo tempo concedido durante a pesquisa.

Aos professores do curso de Pedagogia, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

(Charles Chaplin)

RESUMO

Este trabalho tem como interesse vivenciar como acontece a acessibilidade dentro de uma escola municipal de Fortaleza e a inclusão escolar de seus alunos. Sendo assim, a escolha deste objeto de estudo justifica-se por lidarmos com uma proposta de acessibilidade como inclusão para todos, em especial, para alunos que possuem deficiência. Pois, quando pensamos em acessibilidade na escola, os aspectos arquitetônicos e atitudinais são os primeiros a virem à nossa mente. No entanto, a condição que garante o acesso sem barreiras a ambientes, materiais, serviços e informações para qualquer pessoa vai muito além. Envolve também estratégias de comunicação e até mesmo a forma como nos portamos frente à diversidade. Além disso, é importante identificar e refletir sobre as mudanças essenciais no espaço físico e comunicacional escolar, para que a relação ensino-aprendizagem aconteça de forma integral e satisfatória, sem que ocorram lacunas na aprendizagem dos alunos, inclusive das pessoas com deficiências, público-alvo da Educação Especial. Por isso, a presente pesquisa defende a hipótese de que uma escola com estrutura física adequada para receber alunos com deficiência e com professores formados com uma concepção inclusiva torna o processo de ensino e aprendizagem mais efetivo. Logo, o objetivo geral foi analisar como acontece a acessibilidade física e comunicacional de forma a influenciar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial em uma escola da rede municipal de Fortaleza. Neste sentido, para subsidiar o objeto de investigação proposto neste trabalho, buscaram-se referências nos estudos já consolidados das autoras (VIEIRA, 2010), (CARVALHO, 2013) e (MANTOAN, 2006), já que as mesmas são estudiosas e pesquisadoras da Educação Inclusiva e da Educação Especial em nosso país. Foi usada como metodologia a qualitativa, onde através de documentos, observações e entrevistas, foi possível compreender a realidade na qual a escola e a comunidade escolar estão inseridas. Os resultados apontaram que a escola *locus* deste trabalho é bem engajada no quesito inclusão e tanto os funcionários quanto os alunos e seus pais apoiam as diferenças e as aceitam. Entretanto, conclui-se que, mesmo possuindo uma atitude positiva em relação ao tema, faltam-lhe ainda algumas condições físicas, arquitetônicas e pedagógicas para que tal realidade passe de fato a existir.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Acessibilidade.

ABSTRACT

This work has as interest to experience how accessibility happens within a municipal school in Fortaleza and the school inclusion of its students. Therefore, the choice of this object of study is justified because we deal with a proposal of accessibility as inclusion for all, especially for students with disabilities. Though, when we think of accessibility in school, the architectural and attitudinal aspects are the first ones to come to our minds. However, the condition that guarantees unimpeded access to environments, materials, services and information for anyone goes much further. They also involve communication strategies and even the way we deal with diversity. In addition, it is important to identify and reflect on the essential changes in the physical and communicational space of the school, so that the teaching-learning relationship happens comprehensively and satisfactorily, with no gaps in the learning of students, including people with disabilities, target of Special Education. Therefore, the present research supports the hypothesis that a school with adequate physical structure to receive students with disabilities and with teachers formed with an inclusive conception makes the teaching and learning process more effective. Therefore, the general objective was to analyze how physical and communicational accessibility happens in order to influence the teaching and learning process of the target public students of Special Education in a school of the municipal network of Fortaleza. In this sense, in order to subsidize the research object proposed in this study, references were sought in the already consolidated studies of the authors (VIEIRA, 2010), (CARVALHO, 2013) and (MANTOAN, 2006), since they are scholars and researchers of Inclusive and Special Education in our country. It was used as a qualitative methodology, where through documents, observations and interviews, it was possible to understand the reality in which the school and the school community are inserted. The results pointed out that the *locus* school of this work is well engaged in inclusion, and both employees and students and their parents support differences and accept them. However, it is concluded that, even having a positive attitude towards the subject, it still lacks some physical, architectural and pedagogical conditions for this reality to actually exist.

Keywords: Inclusive Education. Special Education, Accessibility.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
DSM	Diagnostic and Statistical of Manual
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
SME	Secretaria Municipal de Educação
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	17
2.1	Metodologia da pesquisa	17
2.2	Estrutura da monografia	20
3	EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO	21
3.1	Aspectos históricos das pessoas com deficiência	21
3.2	Educação inclusiva	23
4	ACCESSIBILIDADE	27
4.1	Da inclusão à acessibilidade	27
4.2	O conceito de acessibilidade e barreiras segundo a legislação	28
4.3	Acessibilidade e o espaço escolar	30
4.3.1	<i>Uma visão geral do que é necessário para a escola</i>	30
4.3.2	<i>Acessibilidade arquitetônica e a utilização dos espaços escolares</i>	31
4.3.3	<i>Acesso à informação e à comunicação</i>	34
5	RESULTADOS DA PESQUISA	37
6	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	50
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM UMA PROFESSORA DA SALA DE AULA COMUM	53
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM UMA PROFESSORA DO AEE	57
	APÊNDICE C – FOTOS DA ESCOLA	62

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa está concentrado no estudo sobre a Educação Inclusiva, Educação Especial e Acessibilidade dentro de uma escola da rede municipal de Fortaleza. Desta forma, se faz necessário compreender que no mundo atual está sendo dada uma visibilidade cada vez maior aos temas referentes à acessibilidade. Com efeito, a Declaração de Salamanca salienta que é de máxima importância haver “uma mudança na perspectiva social, pois, por tempo já demasiado longo, as pessoas com deficiência têm sido marcadas por uma sociedade incapacitante, que acentua mais os seus limites do que as suas potencialidades” (UNESCO, 1994, p. 6-7). E as barreiras comunicacionais, atitudinais e arquitetônicas inviabilizam a participação nas práticas sócias desses sujeitos.

Assim, podemos entender que acessibilidade consiste em acentuar e desenvolver as potencialidades das pessoas com deficiências, ampliando as maneiras de incluí-las nos diversos campos da sociedade. Para isso, não somente a arquitetura deve ser modificada, mas também as tecnologias, e, sobretudo, nossa consciência em relação à acessibilidade e inclusão dessas pessoas.

Para tanto, o ambiente escolar possui um papel fundamental na conscientização da sociedade e na formação integral da pessoa com deficiência. Contudo, (PEREIRA, 2006) mostra que, mesmo nas instituições de ensino, a inserção de práticas inclusivas ainda encontra empecilhos, ao afirmar que:

O desconhecimento e despreparo dos funcionários, professores e alunos sobre essa temática, faz com que aumente os obstáculos do aluno com deficiência, dado as constantes atitudes de discriminação e preconceitos. Mas é obvio que essa exclusão não se dá somente pelas barreiras atitudinais, senão por várias dificuldades demandas pelos alunos com deficiências. (PEREIRA, 2006, P.3)

Dentre estas dificuldades estão a falta de tecnologias assistivas (arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover Vida Independente e Inclusão), que permitam ao aluno o acesso às informações disponíveis nas mídias sociais, nos sites de buscas, como também, a formação de alguns docentes e de alguns gestores quanto ao atendimento pedagógico. Diante disso, Soares afirma que: “A dimensão prática (pedagógica) trata de organizar a aprendizagem, mobilizando os recursos pedagógicos e didáticos para os alunos com deficiência, além de situar aspectos da acessibilidade: física, pedagógica e tecnológica. [...] na escola, os alunos com deficiência, às vezes, enfrentam alguns obstáculos

que dificultam o processo de sua formação, como material inacessível ou pouco envolvimento por parte do professor. Apesar destes impedimentos, continuam a desenvolver suas atividades escolares.” (SOARES, 2011, P. 73)

Em relação à estrutura física, Santo e Mendonça (2015, p. 895-896) diz que “o espaço não é alguma coisa neutra, indiferente ao indivíduo; ele o afeta por sua presença e aspecto, pelos estados de que propicia, pela satisfação, ou não, que produz nos indivíduos que participam das atividades possíveis de serem realizadas nele e pelo tipo de vida que permite”.

Logo, é vital um espaço bem estruturado pensado e projetado para atender as necessidades de todos os indivíduos, em especial àqueles que possuem dificuldades de locomoção.

Portanto, ao entrarmos no conceito de educação Inclusiva, muitos prós e contras são levantados. De acordo com Fiengenbaum (2009, p. 27 apud NOGUEIRA; MAIA; FARIAS 2015) “a inclusão é a perspectiva da educação que pensa numa escola diferente, aberta a diversidade de todos os alunos”. Assim, é uma perspectiva que certamente precisa da ressignificação de muitos conceitos na educação e da criação de possibilidade de uma aprendizagem a todos os alunos.

Deste modo, para que se haja realmente inclusão escolar, é necessário que ocorra uma conscientização e compromisso por parte dos políticos que criam e estruturam as leis, dos educadores que as pensam e as idealizam, dos gestores dos espaços escolares e dos professores e funcionários que estão cotidianamente com os alunos.

Nesse contexto, tal estudo foi escolhido porque surgiu o interesse de conhecer como acontece a acessibilidade dentro de uma escola da rede municipal de Fortaleza e a inclusão escolar de seus alunos. A pesquisa buscou conhecer o conceito de acessibilidade física e comunicacional, bem como as leis que garantem que o direito à inclusão nas escolas seja efetivado.

Assim, a escolha desse objeto de estudo justifica-se por lidarmos com uma proposta de acessibilidade como inclusão para todos, em especial para alunos que possuem deficiência. Pois, quando pensamos em acessibilidade na escola, os aspectos arquitetônicos e atitudinais são os primeiros a virem à nossa mente. No entanto, a condição que garante o acesso sem barreiras a ambientes, materiais, serviços e informações para qualquer pessoa vai muito além. Envolvem também estratégias de comunicação, e até mesmo a forma como nos portamos frente à diversidade.

Além disso, é importante identificar e refletir sobre as mudanças essenciais no espaço físico e comunicacional escolar, para que a relação ensino-aprendizagem aconteça de

forma integral e satisfatória, sem que ocorram lacunas na aprendizagem dos alunos, inclusive das pessoas com deficiências, público-alvo da Educação Especial.

Por tais motivos, a presente pesquisa defende a hipótese de que uma escola com estrutura física adequada para receber alunos com deficiência e com professores formados com uma concepção inclusiva torna o processo de ensino e aprendizagem mais efetivo.

E para tanto, é vital que o estudo realizado responda às seguintes questões:

Como a escola X está se adaptando para receber alunos da Educação Especial em relação à acessibilidade física e comunicacional?

Quais os principais desafios e dificuldades enfrentados pela escola X para que essa acessibilidade aconteça?

Sendo assim, o objetivo geral foi analisar como acontece a acessibilidade física e comunicacional de forma a influenciar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial em uma escola da rede municipal de Fortaleza e, partindo deste objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos: conhecer o conceito de acessibilidade física e comunicacional; refletir sobre as concepções de acessibilidade na legislação e identificar e refletir sobre as mudanças necessárias no ambiente físico e comunicacional da escola, para promover o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Educação Especial que estão matriculados na escola X situada no município de Fortaleza.

Neste sentido, para subsidiar o objeto de investigação proposto no trabalho, buscaram-se referências nos estudos já consolidados das autoras (VIEIRA, 2010), (CARVALHO, 2013) e (MANTOAN, 2006), já que as mesmas são estudiosas e pesquisadoras da Educação Inclusiva e da Educação Especial em nosso país.

Para Vieira (2010), o Brasil tem dado vários passos positivos em direção a uma educação mais democrática, como é o caso da política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva de janeiro de 2008 (MEC-SEESP, 2008). Esta política assegura o direito de toda criança ter acesso à escola comum (escolarização de todos os alunos, sem exceção, nas classes regulares de ensino) e da Educação Especial (serve aos alunos que apresentam: deficiência, Transtorno Espectro Autista – TEA¹ e altas habilidades ou superdotação).

¹ TEA: síndrome comportamental que apresenta sintomas básicos como: Dificuldade de interação social; Déficit de comunicação social, tanto quantitativo quanto qualitativo e Padrões inadequados de comportamento que não possuem finalidade social. De acordo com a DSM V (APA, 2013), o grupo dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs) passa a denominar-se Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as categorias que neles eram contidas passam a integrar-se em um *continuum* com a presença de especificadores que indicam a quantidade de apoio que a criança necessita. Assim, esta definição abarca apenas um transtorno, em vez de cinco, que se diferencia com a intensidade das características e com o auxílio de que os indivíduos necessitam, tendo como níveis: leve, moderado ou severo.

Além disso, tal política possibilita ao cidadão o acesso a uma escola para todos, voltada a atender as necessidades de cada indivíduo, e preocupando-se com suas particularidades.

Vale ressaltar que a educação não só apenas prepara o indivíduo para o mercado de trabalho; ela também propicia uma maior compreensão do mundo e de como se viver individualmente e coletivamente, contribuindo para o enriquecimento de uma população como um todo e gerando uma melhor qualidade de vida.

Vieira (2010) também pontua em suas obras que uma das conquistas adquiridas com a educação especial foi o serviço voltado para o atendimento Educacional Especializado - AEE. Ele colabora para que as crianças com deficiência possam superar seus entraves educacionais e completar sua educação regular com práticas e metodologias voltadas para atender suas necessidades específicas. O Atendimento Educacional Especializado foi regulamentado pela Resolução CNE/CEB n. 04/2009, que instituiu suas Diretrizes Operacionais na Educação Básica.

Essa Resolução foi uma grande conquista para todos, pois proporcionou o acesso de crianças com deficiência a uma educação que as ajudassem a superar seus desafios educacionais, já que forneceu uma estrutura voltada a auxiliá-las no seu desenvolvimento cognitivo, social e motor. Tornou a escola um espaço mais acessível, onde os pequenos se sintam mais confortáveis em estar.

CARVALHO (2013) mostra em sua obra que a Educação é retratada na literatura como um processo integral, no qual o homem, em interação com a cultura em que vive, desenvolve-se integralmente, isto é, nos aspectos físicos, motores, psicológicos, cognitivos, emocionais e político-sociais. Em seguida, que a Educação Especial é vista como uma modalidade educacional direcionada a pessoas com deficiência, ofertada geralmente em escolas da rede regular de ensino. Já o Atendimento Educacional Especializado divide-se em duas palavras: Atendimento que, segundo a nossa língua portuguesa, significa dar ou prestar atenção a alguém, levar em conta, acolher; e especializado que significa particularizado ou trabalho profissional ligado a uma habilidade ou interesse específico de cada um.

Desta forma, o Atendimento Educacional Especializado se refere a quem o oferece, especializando-se em uma área de ensino como: educação infantil, fundamental ou EJA e também a quem recebe como: cegos, surdos, deficientes intelectuais, autistas e outros.

A autora também se questiona e leva o leitor a refletir sobre Inclusão e Integração. Assim, ela demonstra dois perfis educacionais distintos, um construído sob a influência do princípio da integração (que diz que os alunos deveriam adaptar-se às exigências da escola), e

outro no da inclusão, que diz que a escola deve se adaptar às necessidades dos alunos.

Estes dois perfis mostram situações bem distintas e casam muito bem com o foco deste trabalho, já que a acessibilidade das crianças à escola está diretamente ligada à postura que ela toma para si. Em uma escola onde o princípio imposto é a integração, provavelmente não haverá uma estrutura voltada para atender às necessidades físicas e cognitivas necessárias para que os pequenos se desenvolvam e se locomovam livremente. No entanto, em uma escola inclusiva, todas estas práticas provavelmente serão pensadas e estruturadas a fim de que as crianças possuam o mínimo de conforto e segurança para que elas se desenvolvam corretamente, ou seja, apoiando-as em suas necessidades específicas e oferecendo um ambiente onde a relação ensino-aprendizagem ocorra da melhor maneira possível.

MANTOAN (2006) propõe que a educação inclusiva é aquela que acolhe todas as pessoas sem exceção, respeitando as diferenças e garantindo a todos o direito à educação. Ela ainda em seu texto define inclusão escolar, discute as razões pelas quais esse tema tem sido proposto, quem são seus beneficiários e conclui debatendo sobre os possíveis caminhos para se concretizar a inclusão em todas as salas de aula de todos os níveis de ensino.

A partir dessas três autoras, é possível traçar um perfil da Educação Inclusiva e da Educação Especial, já que as três possuem trabalhos semelhantes e se deparam com o mesmo objeto de estudo. Além disso, suas opiniões são bem próximas em relação a Educação Inclusiva, Especial e acessibilidade dentro das escolas brasileiras.

Para alcançar os objetivos desse trabalho, foi utilizada a pesquisa qualitativa em educação. É o que passaremos a conhecer de forma detalhada no próximo capítulo.

2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

2.1 Metodologia da pesquisa

A metodologia é uma parte fundamental do trabalho, pois segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007), a pesquisa é uma atividade para a investigação de problemas teóricos ou práticos por meio do emprego de processos científicos. Uma das condições básicas para a realização de uma pesquisa é a definição inicial do “problema”, mesmo que de forma ampla.

Desta forma, pode-se dizer que o “problema” do estudo em questão é: Como a escola X está se adaptando para receber alunos da Educação Especial em relação à acessibilidade física e comunicacional? E quais os principais desafios e dificuldades enfrentados pela escola X para que essa acessibilidade aconteça?

Assim, para alcançar os objetivos deste trabalho, definiram-se como sujeitos da pesquisa dois professores (um da SRM e um da sala regular de ensino), três alunos que fazem parte do público-alvo do AEE (dois alunos com TEA e um com deficiência física) e a escola (objeto de estudo). Além disso, foi usada como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa em educação. De acordo com MOREIRA (2002):

Esse instrumento é um processo permanentemente inacabado que surge como uma proposta de investigação, possibilitando ao investigado ter maior participação, apropriação do processo e dos resultados obtidos. É importante frisar que não se tratam de cobaias, mas sim, de coautores no processo de construção do conhecimento. Logo, traz uma riqueza maior quanto à realidade estudada.

MOREIRA (2002) também ressalta que:

[...] perspectiva das pesquisas qualitativas, todo tema pode ser considerado inédito, uma vez que, um mesmo fato pode ser abordado por determinado pesquisador, segundo a visão de um referencial ou a partir de um método que ainda não tenha sido contemplado em outras pesquisas.

Por isso, em se tratando de pesquisas em ciências sociais e humanas, deve-se levar em conta o caráter dinâmico da própria humanidade que é mutável. Nessa perspectiva, a abordagem qualitativa surge como uma possibilidade de produção de conhecimento científico, por levar em conta a realidade vivenciada pelo objeto em estudo, mediante seu contexto histórico e social.

E para avaliar a acessibilidade da escola, objeto da pesquisa em questão, foram realizados instrumentos metodológicos como: a análise documental que, para CARMO & FERREIRA (1998), se trata de uma pesquisa realizada a partir de documentos,

contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. Para isso, foram utilizados como fonte livros de autores renomados como: CAMARGO (2010), CARVALHO (2013), FERNANDES (2008), FIGUEIREDO (2010), MANTOAN (2006) e VIEIRA (2010). Também foram necessárias leituras sobre as leis que regem a acessibilidade e a Educação Especial e Inclusiva brasileiras, como a resolução n. 4 de 2009.

Em seguida, foi realizada uma visita à escola. Esse momento foi direcionado à observação do espaço e, como CARMO & FERREIRA (1998) define, significa ação de considerar com atenção às coisas, aos seres e aos eventos, ato que propiciou uma maior compreensão de sua estrutura física e atitudinal, bem como dos alunos que possuem necessidades especiais. Vale ressaltar que, neste dia, a visita foi documentada através de fotos e diários com a autorização prévia da gestão.

Depois, foi estruturado um roteiro de entrevista com vinte perguntas abertas direcionadas à compreensão do espaço físico e da prática pedagógica e formação dos professores que atuam em sala de aula regular e do AEE e que trabalham com o público alvo da Educação Especial. Vale ressaltar que o termo “entrevista”, de acordo com CARMO & FERREIRA (1998), quer dizer colóquio entre pessoas em local combinado para a obtenção de esclarecimentos, dúvidas e opiniões e que esse momento foi muito importante para a pesquisa, pois propiciou o contato direto com duas professoras que trabalham na escola e convivem diariamente com os alunos, público-alvo da Educação Especial (deficientes, Transtorno Espectro Autista – TEA e altas habilidades ou superdotação).

Com o apoio destes questionamentos, foram marcadas mais duas visitas, sendo a segunda para a realização das entrevistas. A primeira ocorreu com a professora da sala regular de ensino e a segunda, com a professora responsável pela SRM e o AEE. É importante frisar que ambas responderam o mesmo roteiro, mas em momentos distintos. As entrevistas duraram aproximadamente trinta minutos cada uma. Ambas as professoras se mostraram muito atenciosas e comprometidas com o seu trabalho escolar, apesar dos entraves do cotidiano.

Houve vários momentos interessantes ao longo das entrevistas, porém um dos mais relevantes foi o fato das duas mencionarem o quanto a gestão contribui para a inclusão dos alunos no contexto escolar. Elas relataram que há uma campanha intensa na escola a fim de conscientizar corpo discente, docentes, funcionários e comunidade sobre o real sentido da inclusão e que a Educação Especial deve ser vista como parte da Educação Inclusiva e com um olhar mais atento e crítico. Portanto, deve-se cobrar da sociedade e do Estado que os direitos das crianças, público-alvo da Educação Especial, sejam respeitados e, para isso, se faz

necessário garantir às mesmas o acesso à escola em sua totalidade, desde sua parte física e estrutural a sua parte pedagógica e didática.

A terceira e última visita foi para assistir a uma aula dentro da sala de AEE. Isso foi vital para a pesquisa, pois foi possível ver a professora do AEE em atuação e como os alunos compreendem e fazem parte deste momento, e claro, do processo ensino-aprendizagem. Ou seja, ver como a inclusão realmente acontece em um momento de socialização do conhecimento.

Essa aula foi muito proveitosa, pois permitiu ver como a professora do AEE trabalha com as crianças, sua metodologia e didática. Também foi possível conhecer a fundo a estrutura da SRM e perceber o quanto ela é importante para o desenvolvimento educacional do aluno, já que a mesma possui muitos recursos pedagógicos que melhoram a relação ensino aprendizagem das crianças e favorecem um crescimento integral das mesmas.

Vale ressaltar que a aula acontece no contra turno da criança e que possui cerca de duas horas. É um apoio ao aluno público-alvo da Educação Especial e deve conter conteúdos interligados aos que o mesmo está vendo em sala de aula regular. Logo, é de vital importância que haja uma boa comunicação entre a educadora da sala regular de ensino e a do atendimento educacional especializado.

Um detalhe muito enfatizado pela professora do AEE é o fato de que a aula não é um reforço, e sim um complemento e/ou aperfeiçoamento para as crianças que precisam de um olhar mais cuidadoso em relação a sua caminhada educacional. De acordo com a resolução 4/2009, Art. 2º, tem-se:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

E por isso, acredita-se que a utilização desses recursos metodológicos foi vital para o entendimento do objetivo principal deste estudo. A intenção foi analisar como acontece a acessibilidade física e comunicacional de forma a influenciar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial em uma escola da rede municipal de Fortaleza, além de conhecer o conceito de acessibilidade física e comunicacional; refletir sobre as concepções de acessibilidade na legislação e identificar e refletir sobre as mudanças necessárias no ambiente físico e comunicacional da escola para promover o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Educação Especial que estão matriculados na escola X situada no município de Fortaleza.

No próximo item, será possível conhecer melhor a estrutura da monografia e os capítulos que a compõe.

2.2 Estrutura da monografia

A monografia foi organizada em três capítulos, antecidos por uma introdução e precedidos pelos resultados da pesquisa e considerações finais. A finalidade foi analisar e compreender como acontece a acessibilidade física e comunicacional, de forma a influenciar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial em uma escola da rede municipal de Fortaleza. Além disso, conhecer o conceito de acessibilidade física e comunicacional, refletir sobre as concepções de acessibilidade na legislação e identificar e refletir sobre as mudanças necessárias no ambiente físico e comunicacional da escola. Este último tópico serve para promover o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Educação Especial que estão matriculados na escola X situada no município de Fortaleza.

A monografia está estruturada em: Introdução, o primeiro capítulo que se refere a organização do trabalho, o segundo capítulo que fala sobre Educação Especial e Inclusão, o terceiro capítulo que aborda a Acessibilidade, além dos resultados da pesquisa e as considerações finais.

No capítulo II, que trata da Educação Especial e Inclusão, houve a necessidade de dividi-los em dois subtemas. São eles: (1) os aspectos históricos das pessoas com deficiência e (2) a Educação Inclusiva. No capítulo III, a acessibilidade é o fio condutor de toda a análise, e ele foi dividido em subitens que focam em três aspectos: o primeiro, sobre inclusão e acessibilidade; o segundo, no conceito de acessibilidade e as barreiras segundo a legislação; e o terceiro, na acessibilidade e o espaço escolar. Este subtema, por sua vez, foi destrinchado para facilitar a compreensão e tornar a leitura mais didática; por isso, conta com três subdivisões. São elas: uma visão geral sobre as necessidades da escola, a acessibilidade arquitetônica e a utilização dos equipamentos escolares e, por fim, o acesso à informação e comunicação.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

3.1 Aspectos históricos das pessoas com deficiência

Não é de hoje que as pessoas que apresentam alguma característica “diferente” ou se mostram de alguma forma em situação de desvantagem, são excluídas da sociedade. Porém, para falar do tratamento dado a estes, é preciso, primeiramente, conhecer um pouco do período no qual surge a preocupação com a educação em si. Voltando a alguns momentos da história, vê-se que, em 1870, havia um índice de 78% de analfabetos no país. (JANUZZI, 2006). Isso acontecia mesmo que, naquele momento, a Constituição de 1824 determinasse que deveria haver “instrução primária e gratuita a todos”. Como nada disso acontecia de fato, e havia um verdadeiro caos na educação primária, a educação dos jovens em situação de desvantagem não encontrava espaço e pouco aparecia.

BUENO (1997), para se referir àqueles que se encontram em situação de desvantagem, e para trazer um pouco da história destes, usa o termo anormalidade. Ele diz que, geralmente, essas anormalidades foram vistas como doenças:

A doença tem sido encarada de diferentes maneiras. Em determinadas épocas e em determinadas sociedades ela foi vista como possessão; em outros momentos e espaços sociais foi encarada como desequilíbrio da totalidade do homem, em outros, ainda, como reação do organismo em busca da cura; ou ainda, mais modernamente, como um desvio quantitativo do funcionamento regular do ser humano. (BUENO, 1997, p.160).

Visto como doentes, os anormais eram encaminhados para hospitais ou asilos, e ali permaneciam. Primeiramente, eram apenas levados para aquele espaço. Mais tarde, passou-se a pensar na recuperação da normalidade dos doentes, com recursos e técnicas diversas. Exemplos dessas instituições para as quais foram encaminhados aqueles em situações de desvantagem são as Santas Casas de Misericórdia (com registros desde o século XVI), que também atendiam aos pobres. Porém, não existe nenhum registro de que forma foi prestado o atendimento a essas pessoas.

Após, existe registro sobre aqueles que estão em situações desvantajosas, quando falamos das rodas de expostos, onde se acredita que muitas crianças eram deixadas, justamente por apresentarem alguma anomalia. Essas crianças abandonadas eram encaminhadas para instituições administradas por religiosos e, segundo JANUZZI (2006), além de

receberem alimentação, existia a possibilidade de receberem alguma educação. Aqueles que apresentavam anomalias muito acentuadas acabavam permanecendo nestas.

Sem perceber a possibilidade de cura ou de encaminhamento de alguns, foram criados novos espaços para isolamento dessa parte da população: os hospícios e instituições para esse fim. Segundo BUENO (1997), a maior distinção entre os hospícios e as instituições é que, para os hospícios, eram levados todos os tipos de desajustados, e as instituições, que surgiram mais de um século depois, recebiam apenas deficientes, e se via a perspectiva de recuperação, ou pelo menos de minimização do mal que eles sofriam.

O atendimento de deficientes evidentes se fez, basicamente, por meio de instituições especiais, a maioria esmagadora de caráter filantrópico, em número extremamente reduzido para o atendimento da demanda, o que contribuía, como consequência, para a visão da manutenção do atendimento dos deficientes em instituições especiais como um privilégio a ser alcançado por alguns felizardos, já que a maior parte permanecia sem qualquer tipo de atenção. (BUENO, 1997, p.173).

As primeiras instituições no Brasil surgiram no século XIX, para deficientes visuais e auditivos. Mais precisamente, foi em 1854 que se fundou em São Paulo o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e após, no Rio de Janeiro, em 1857, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Essas instituições atendiam poucos alunos, mas abriam espaço para a discussão do assunto, embora ainda tenha ficado por muito tempo no esquecimento daqueles que poderiam pensar em soluções para o problema, junto com o problema da educação primária, que também não avançava.

A educação popular, e muito menos a dos deficientes, não era motivo de preocupação. Na sociedade ainda pouco urbanizada, apoiada pelo setor rural, primitivamente aparelhado, provavelmente poucos eram considerados deficientes; havia lugar, havia alguma tarefa que muitos deles executassem. [...] certamente só as crianças mais lesadas despertavam atenção e eram recolhidas em algumas instituições. (JANUZZI, 2006, p.16).

Esta situação é comentada também por BUENO (1997), ao relatar que os alunos anormais eram levados a instituições e lá aprendiam a repetir ações simples, que lhes possibilitassem trabalhar, fornecendo mão-de-obra barata. Quando considerados capazes, eram encaminhados para o trabalho. Pode-se pensar aqui numa das primeiras tentativas de ensino daqueles que se encontravam em situação de desvantagem. A partir dessa época, é possível encontrar alguns registros sobre o atendimento de alunos em situação de

desvantagem na escola regular, diversos casos isolados, em diferentes estados, mas com poucos registros, em meio a poucos apontamentos que havia nessa precária educação regular. Segundo JANUZZI (2006), o silêncio em relação aos deficientes foi muito grande, o que se explica pelo momento histórico no final do Império, que não valorizava a educação. Logo, não foi possível encontrar casos e registros que servissem de apoio para pesquisa.

Com a proclamação da República, os estados passaram a ter mais autonomia em relação à educação. Com o aumento do número de instituições, houve também um acréscimo daquelas que atendiam deficientes mentais.

Muitos foram os setores que se ocuparam de estudar os alunos em situação de desvantagem, como médicos, psicólogos e professores. Logo, aparecem características que delimitam as situações que se conhece e se vê ainda hoje, como a educação dos alunos em situação de desvantagem em classes ou escolas especiais.

Se, de um lado, no discurso e na prática, os profissionais vão refletindo as expectativas daquela sociedade de então, patenteando e justificando a separação do deficiente, vão também viabilizando, tornando possível a vida dos mais prejudicados, juntamente com a família e outros setores da sociedade, através de alguns conhecimentos mais sistematizados e procura de efetivação de alguma prática social mais eficiente. (JANUZZI, 2006, p. 25).

No próximo item, será visto a história das pessoas com deficiência a partir de uma perspectiva inclusiva. Pois, a partir dos anos 90, o Brasil assume uma postura de incluir todos os alunos num mesmo ambiente.

3.2 Educação inclusiva

Ao falar sobre a educação inclusiva, muitas são as ideias que nos aparecem. Contudo, é oportuno começar pensando sobre o que carrega a expressão Educação Inclusiva. Estamos falando sobre quais alunos? Alunos da Educação Especial?

Encontramos no texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva o seguinte:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação na escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e, Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, Portaria n. 948/2007)

A partir do texto dessa política, é possível direcionar alguns questionamentos. Primeiro, por explicar sobre de quais alunos estamos falando, ou seja, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Vale ressaltar que esses alunos são público-alvo da Educação Especial. Por isso, são muitas especificidades aqui incluídas e todos os alunos estão em situação de desvantagem, conceito que escolhemos para caminhar nesta pesquisa.

Outro item que merece destaque: acesso ao ensino regular. Todos os alunos devem, preferencialmente, frequentar a escola regular. É o que diz a legislação, e o que tem apresentado grandes dificuldades para de fato acontecer, apesar de a lei dizer que o sistema de ensino deve garantir uma série de direitos a esses alunos.

Isso porque muitos pais e professores se perguntam a mesma coisa: como trabalhar com estas crianças em um espaço regular que por vezes não está preparado para recebê-los?

Esse questionamento é muito comum e legítimo e expressa a preocupação de todos, porém é importante deixar claro que toda a criança tem o direito de ser tratada de forma igual, apenas respeitando as diferenças e oportunizando seu acesso à escola, item este que norteia esta pesquisa e será trabalhado no terceiro capítulo. MANTOAN (2004) explica que:

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para se enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos sistemas educacionais e aos professores em geral. (MANTOAN, 2004, p. 80).

Aperfeiçoamento da educação, para o benefício de alunos com ou sem deficiência. Esta questão com certeza é muito complicada de ser compreendida. Pois, a partir do momento

em que estamos diante do outro com tantas especificidades, é difícil compreender como pode se dar esse benefício também aos alunos ditos normais. Na perspectiva de inclusão, defende-se que sim, que é possível e benéfica a todos os alunos.

É com certeza uma mudança muito significativa no espaço escolar. Não estamos falando de apenas levar esse novo aluno até a escola e mantê-lo ali. Mas sim, de possibilitar uma aprendizagem, um convívio social e de propiciar a esses alunos as mesmas oportunidades que os demais têm. Seguindo por esses caminhos, encontra-se também no texto da Política Nacional acima citada, o seguinte:

Perspectiva da educação inclusiva, educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesses casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, Portaria n. 948/2007)

Fala-se de uma nova proposta pedagógica na escola, para o atendimento às necessidades educacionais desses alunos. Nessa perspectiva, o atendimento especializado continua, porém agora acontece dentro da escola regular. Muitas vezes questiona-se como pode se dar esse processo, e se a escola está preparada. Em muitos espaços, isso já tem acontecido e muitos professores, com capacitação ou não, se empenham muito para que esse processo ocorra e traga resultados positivos.

O objeto de desejo dos diferentes estudiosos e ativistas em prol da educação inclusiva é o mesmo - uma escola ressignificada em suas funções políticas e sociais e em suas práticas pedagógicas para garantir a aprendizagem e a participação de qualquer aprendiz. (CARVALHO, 2004, p.16)

Uma escola mudar desde a sala de aula até a sua forma de ensinar os conteúdos, parece utopia, mas é apenas uma nova perspectiva de educação. Todavia, há no dia-a-dia, uma resistência para com os processos inclusivos, já que muitas escolas ainda se recusam a aceitar alunos com dificuldades, se dizendo sem condições para prestar esse atendimento.

Felizmente, o contrário também ocorre, pois há escolas que obtém resultados maravilhosos com os alunos que têm atendido, provando que é possível haver a verdadeira inclusão nas escolas de ensino regular. Vale ressaltar que a legislação para que ocorra a

inclusão já existe. Entretanto, torna-se necessário incentivar o desenvolvimento de projetos e a capacitação de pessoas que tenham interesse e empenho para que isso se torne realidade.

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político-pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola. (CARVALHO, 2004, p. 73)

Nesse contexto, no próximo capítulo, será possível refletir sobre a acessibilidade e como a mesma pode se transformar em uma ponte para a inclusão escolar.

4 ACESSIBILIDADE

4.1 Da inclusão à acessibilidade

Nos textos citados anteriormente, da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, encontra-se um aspecto muito importante que cabe aqui para relacionar a inclusão e a acessibilidade, sobre a qual seguem as reflexões. Na política, consta que deve ser garantida a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e na informação.

Antes de seguir, porém, é importante destacar mais detalhadamente a definição sobre quais alunos estão nesse contexto da perspectiva inclusiva, segundo a política mencionada anteriormente:

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes com espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar elevada criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas na área de seu interesse. (BRASIL, 2007).

Atente para “aqueles que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade”. Aqui, se encontra um item de extrema importância: barreiras. São elas as principais responsáveis para que alunos sejam excluídos e não consigam se desenvolver de forma semelhante aos ditos normais, pois existem barreiras, empecilhos que impedem que a pessoa siga os processos de forma natural.

Esse aspecto é contemplado no texto de CARVALHO (2000) que cita que as barreiras podem ser intrínsecas ou não aos alunos, e que as dificuldades não são apenas dos cegos, surdos, ou dos que se encontram em situação de desvantagem.

Com isso, é possível constatar que de fato, muitos alunos ditos “normais” apresentam dificuldades que precisam de ferramentas específicas para serem suprimidas. Não

é preciso apenas pensar no aluno deficiente, mas em todos aqueles que apresentam alguma desvantagem. Por isso, foi adotada desde o início o uso, neste texto, desse conceito, que traz ainda que:

Barreiras à aprendizagem (temporárias ou permanentes) fazem parte do cotidiano escolar dos alunos, (deficientes ou ditos normais) e se manifestam em qualquer etapa do fluxo de escolarização. Barreiras existem para todos, mas alguns requerem ajuda e apoio para seu enfrentamento e superação, o que não nos autoriza a rotulá-los como alunos “com defeitos”. (CARVALHO, 2000, p.60).

Seguindo nesse pensamento de barreiras existentes no dia-a-dia para inclusão dos alunos em situações de desvantagem, encontram-se as legislações sobre Acessibilidade, que dão suporte para que a inclusão se torne possível. A acessibilidade na legislação será abordada no próximo item deste texto.

4.2 O conceito de acessibilidade e barreiras segundo a legislação

A acessibilidade, nesse contexto de Educação Inclusiva, vem com diferentes entendimentos e definições, descritas por uma construção histórica de muitos anos. Segundo Manzini (2008), desde 1998 que esse termo é utilizado na legislação, primeiramente num Projeto de Lei 4767/98. Nesse projeto, a acessibilidade está definida como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.” (MANZINI, 2008, p.281)

Pouco depois, em 1999, encontramos novamente o termo acessibilidade em uma Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Ali, a definição já aparece um pouco diferente:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (MANZINI, 2008, p. 281).

Segundo Manzini (2004), o decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, traz a seguinte definição de acessibilidade:

[...] condição para utilização, com segurança, total ou assistiva, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (MANZINI, 2004, p. 282)

Pode-se perceber que, com o passar dos anos, a definição ampliou um pouco sua abrangência. Por exemplo, da primeira para a segunda das concepções citadas, a ampliação foi que as pessoas também têm direito de utilização das instalações e espaços esportivos. Da segunda para terceira, há uma mudança ainda mais importante, da acessibilidade total ou assistiva. Ou seja, cria oportunidade para a criação de espaços que podem precisar de mediador.

Hoje, o que se encontra de mais recente na legislação sobre acessibilidade é o que foi mencionado anteriormente. Mais especificamente, no Art. 8 do Decreto N 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamente as Leis N 10.048, de 8 de novembro de 2000 e N10.098, de 19 de dezembro de 2000, ambas sobre Acessibilidade.

Então, está garantido em lei, que deve existir condição de utilização, com segurança e autonomia, de uma série de itens, que permitem que as pessoas em situação de desvantagem diminuam suas dificuldades: espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, serviços de transporte e dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação. Além disso, esse artigo da legislação traz o conceito de barreiras, e as diferentes barreiras existentes:

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso informação, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004).

Esse artigo da legislação resume todas as barreiras que podem ser enfrentadas por pessoas em situações de desvantagem. E por isso, a sociedade, os pais e a escola devem se preocupar em exigir dos políticos e das autoridades competentes que se tenham recursos para que as escolas possam receber essas crianças e acolhê-las da melhor maneira possível, a fim

de diminuir as desvantagens desse segmento de alunos, possibilitando um ensino de boa qualidade.

4.3 Acessibilidade e o espaço escolar

4.3.1 Uma visão geral do que é necessário para a escola

Quando se remete ao espaço escolar, a questão da acessibilidade toma uma proporção ainda maior, já que a mesma interfere diretamente na relação ensino-aprendizagem. Isso porque impede o aluno de ter acesso à estrutura física da escola e, conseqüentemente, a seu ensino.

São muitas barreiras, como as já mencionadas no capítulo anterior: na parte urbanística, nas edificações, nos transportes, nas comunicações e informações. As principais barreiras relacionadas à escola seriam as concernentes à edificação e a utilização dos equipamentos escolares, bem como à comunicação e informação. Segundo Manzini, “É necessário ofertar às escolas as condições de acessibilidade em: edificações, meios de comunicação e informação e recursos didáticos”. (MANZINI, 2008, p. 286).

O que se percebe geralmente, e que se encontra também no texto de Manzini (2008), é que existe uma grande falta de conhecimentos sobre acessibilidade. Não que a questão de acessibilidade esteja sendo feita por preconceito (barreira atitudinal). Mas como é possível construir algo de forma acessível, se muitos sequer sabem o que é isso?

Com certeza, a questão de barreira atitudinal não pode passar despercebida quando falamos de inclusão e, conseqüentemente, de acessibilidade. Muitas barreiras são impostas, até mesmo sem que se perceba, mas acabam impedindo a inclusão e permanência de alguns alunos na escola. As piores barreiras, porém, são aquelas que surgem quando, por exemplo, a instituição se recusa a receber algum aluno por se achar incapaz de atendê-lo, ou quando deixa de investir em obras que facilitariam o acesso de alguns alunos, como rampas ou elevadores, e em decorrência, comprometem sua permanência na escola, assim como ocorre quando não há investimento em instrumentos específicos de aprendizagem.

Há escolas que de imediato se projetam para reorganizar sua estrutura de forma a poder atender a todos os alunos, sempre que isso se torna necessário, e que pensam em alternativas para possibilitar que esses alunos avancem no seu aprendizado. Nessas escolas, é

possível encontrar a motivação para seguir nessa ideia de inclusão, e exemplos para mostrar que, quando existe vontade, é possível incluir, mesmo diante das inúmeras dificuldades, de falta de recursos, falta de pessoal, falta de materiais didáticos e adequados a aqueles alunos que se apresentam em situação de desvantagem.

A legislação sobre acessibilidade já existe há muitos anos, e percebe-se que muito pouco tem acontecido em relação a isso. Então, se as pessoas de fato não têm conhecimento do que é acessibilidade e muitas vezes os próprios que estão em situação de desvantagem e suas famílias não têm conhecimento dos instrumentos que poderiam ter a sua disposição e, outros impõem barreiras atitudinais quando se fala em inclusão, como pode de fato ocorrer alguma mudança?

Na maioria das vezes, só se pensa na solução de algum problema quando se depara com ele. Algumas escolas somente se preparam ou pensam em construir uma rampa quando aparece um aluno com cadeira de rodas. Só pensam em abrir o seu laboratório de informática quando recebem algum aluno que não consegue segurar um lápis, ou que precisa fazer uso de outros programas para facilitar sua aprendizagem. Logo, deixam tudo para última hora e com isso, procrastinam a inclusão dentro de seus muros.

No seguir deste capítulo, pretende-se expor quais têm sido as mudanças previstas e as que de fato percebem-se na questão de acessibilidade arquitetônica e de informação e comunicação, particularmente considerados os itens mais importantes no contexto escolar.

4.3.2 Acessibilidade arquitetônica e a utilização dos espaços escolares

Um dos maiores problemas de acessibilidade em relação à escola são as edificações e a utilização dos equipamentos escolares. Não é necessário visitar muitas escolas para averiguar com muita facilidade esses problemas: escadas, grades, muros. Em 1997, há 20 anos, o Ministério da Educação lançava uma cartilha com diretrizes para adequação das escolas às legislações sobre acessibilidade e à utilização dos espaços escolares.

Ao analisar essa cartilha, é possível refletir sobre o que tem sido feito e o que ainda é necessário fazer, uma vez que ainda são muitos os problemas de acessibilidade. Uma das primeiras questões abordadas é sobre as edificações, distinguindo aquelas já existentes e estabelecendo normas às edificações novas. Sobre as edificações existentes, é possível constatar que:

Nos casos das edificações e dos equipamentos existentes, portanto, há que investir em obras para as adaptações físicas necessárias ao acesso dos alunos, dos mestres e da comunidade, incluindo instalações complementares, tais como sinais sonoros e de trânsito, rampas, elevadores, móveis ou salas de recursos. Sobretudo, no caso das grandes redes físicas escolares, para que estes novos investimentos sejam economicamente viáveis, em prazos aceitáveis, a diretriz mais sensata, certamente, será o aproveitamento sistemático e gradual das oportunidades que vão surgindo para as intervenções de manutenção corretiva, ou seja, para as obras de recuperação e reforma. (EDIFICAÇÕES, 1997, p. 8).

E sobre as edificações novas, verifica-se que:

Nos casos de projetos e de construção de novas edificações escolares, os problemas de acessibilidade, atuais ou futuros, podem ser mais facilmente planejados e resolvidos se algumas precauções forem desde logo adotadas, considerando que as recomendações próprias da ergonomia devem ser atendidas tanto nos planos horizontais, como nos verticais. (EDIFICAÇÕES, 1997, p. 9).

Analisando estas duas propostas, criadas há duas décadas, muitas coisas já deveriam ter sido alteradas em nossas escolas. No entanto, a sociedade ainda não se beneficia destes recursos, pois as escolas públicas brasileiras ainda continuam apresentando problemas estruturais que são justificados por falta de verbas para reformar seus prédios e adequá-los à legislação. Os alunos muitas vezes precisam frequentar escolas mais distantes de suas casas, pois nas mais próximas não há rampas de acesso. É uma situação muito frequente. Algumas escolas desenvolvem um caminho de rampas para uma sala, na qual estuda o aluno com dificuldade de locomoção, mas ele fica impedido de utilizar os demais ambientes da escola.

Não é necessário procurar muito para encontrar escolas novas, com construções recentes, que não possuem acessibilidade. Questionando responsáveis por obras numa escola visitada, sobre o acesso ao segundo andar, onde seriam as rampas, obtive como resposta que não era possível a sua construção, pois rampas ocupam muito espaço. Questionando sobre a possibilidade de alunos cadeirantes nessa escola, a resposta foi que haveria salas de aula também no andar térreo. Ou seja, no caso de surgir algum aluno, já está pré-determinada sua sala. Nem se pensa no atendimento de maior número de alunos com dificuldade de locomoção.

Também não se pensa, por exemplo, em quantos alunos quebram uma perna durante um ano letivo. Essa pode ser considerada uma deficiência física temporária. Os alunos que passam por esta situação terão sempre dificuldade de chegar à sua sala de aula, problema este que poderia ser resolvido com um melhor planejamento da estrutura do prédio construído, ou simplesmente construindo o prédio dentro das normas da legislação. Ter

garantido o acesso à escola é o mais básico que encontramos na legislação. A escola é para todos, então deve-se preparar para atender a todos, mas encontramos todas essas barreiras.

As barreiras arquitetônicas são os maiores empecilhos para as pessoas com necessidades educacionais especiais à deficiência física, que fazem uso de cadeiras de rodas, bengalas ou muletas para se locomoverem. Não apenas dificultam, mas, muitas vezes, impedem completamente sua inserção na sociedade. Tais barreiras nem sempre são voluntárias, mas sem dúvida, são fruto de imenso descaso e da não obediência às leis vigentes. (BRASIL, 2006, p.26)

Buscando na retrospectiva histórica feita anteriormente sobre Educação Especial, foi mencionado que mesmo a Educação Básica demorou a se desenvolver. A escola foi um lugar onde primeiro estudavam os ricos, depois foram incluídas também as classes populares, mas só se dirigiam à escola aqueles que eram considerados capazes de aprender e de progredir. Todos aqueles que apresentavam alguma deficiência eram encaminhados a outros lugares, como as Escolas Especiais. Ou seja, a escola foi por muito tempo um lugar das pessoas que não apresentavam nenhum problema em seguir nos estudos.

Certamente, muitos daqueles que não conseguiam avançar nas barreiras existentes e não conseguiam dominar todas as informações que lhes eram oferecidas, também passaram a ser vistos como pessoas com dificuldades, impossibilitadas de aprender, e conseqüentemente também eram excluídas com o passar dos anos. Ou seja, a escola realmente era um lugar para quem pudesse aprender sem dificuldades, que não possuía deficiências.

Essa estrutura de escola é a que existe ainda hoje em muitos lugares, e que se pretende transformar numa escola para todos. Uma escola que foi construída para alunos que não apresentavam problemas, com escadas, muros e muitas barreiras físicas que tornam difícil hoje, o acesso das pessoas em situações de desvantagem.

São essas barreiras que precisam ser rompidas e já existem legislações que nos permitem imaginar escolas diferentes no futuro. Adequações das escolas que já estão construídas, desde aquela época em que apenas as pessoas ditas sem deficiências faziam parte de seu alunado, quanto padrões para construção de novas escolas, que buscam uma escola acessível para todos, em que todos possuem livre acesso.

As adequações mais evidentes quando se pensa no acesso físico e na utilização dos equipamentos escolares são as construções de rampas, medida mais frequentemente vista nas escolas e também nos demais prédios públicos; adequações de banheiros para usuários de cadeiras de rodas, que também se encontram com certa frequência, porém na maioria das

vezes, fora das normas ou com elementos básicos faltando; e classes e cadeiras de tamanhos adequados às necessidades dos alunos. Além dessas medidas, que podem ser consideradas primordiais, existem muitas outras que devem ser realizadas e dizem respeito também a facilitar o acesso à informação e à comunicação. Isso se tentará retratar no próximo item.

4.3.3 Acesso à informação e à comunicação

Muitas das pessoas em situação de desvantagem apresentam alguma dificuldade em acessar as informações e também de se comunicarem com os outros. Como já mencionado anteriormente, devem-se criar condições para utilização dos equipamentos e meios de informação e comunicação por todos, com ou sem auxílio de algum mediador. Essa é uma questão relacionada à escola que precisa ser repensada, pois é extremamente importante haver um processo de ensino-aprendizagem onde a comunicação entre professor e aluno, e entre os próprios alunos, seja efetivada com sucesso.

Assim, devem existir práticas pedagógicas adequadas e inovadoras, que deixem de ocasionar as dificuldades escolares e conseqüentemente a exclusão dos alunos, práticas que permitam desenvolver mecanismos e novas estratégias para possibilitar a aprendizagem de todos. Segundo Miranda (2008), deve-se propor um currículo adaptado às necessidades e interesses de cada contexto, que aposte na inovação, respeitando a singularidade de cada estudante e de cada docente.

Muitas dessas singularidades dos alunos que apresentam alguma situação de desvantagem ocorrem justamente em se comunicar, em trocar informações com colegas e professores. E esses são os alunos que encontramos diante de nós, no dia-a-dia, em sala de aula. TORRES (2002) retrata a importância desse processo de acesso a informação e do uso de tecnologias em seu texto:

Embora pareça contraditório, pode-se afirmar que as barreiras arquitetônicas não são o maior obstáculo enfrentado pelas pessoas portadoras de deficiência. O maior obstáculo está no acesso à informação e, conseqüentemente, a aspectos importantes relacionados à informação, como a educação, o trabalho e o lazer. A preocupação atual dos defensores da acessibilidade está em garantir que esses princípios sejam observados também no espaço digital, o espaço da informática e das comunicações. A Internet tem sido muito usada para exemplificar esse conceito, por conter aspectos fundamentais de ambas as tecnologias. (TORRES, et. al, 2002).

Um ponto que pode ser considerado de fundamental importância: as relações entre a comunicação, informação e tecnologias que se tem hoje à disposição. Pode-se pensar, por exemplo, nas tantas possibilidades de acesso à informação quando se remete ao mundo virtual e nas tantas tecnologias. Por isso, é vital uma relação estreita entre a escola e essas tecnologias, pois as mesmas mediadas e orientadas de forma a propiciar conhecimento e melhorar as aulas, tornando-as mais didáticas e palpáveis, ajuda no processo ensino-aprendizagem.

As Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) que, segundo SELWYN (2008), junto com a internet e os outros sistemas de comunicação, sustentam os fluxos globais de dados, de serviços e de pessoas, caracterizando inclusive a Economia, favorece uma oportunidade de crescimento, já que as informações são vistas de forma rápida e prática.

Porém, não é apenas com os últimos aparatos tecnológicos que se pode criar um ambiente com troca de informações, em que aconteça um processo de aprendizagem. Isso pode acontecer também sem o uso de tecnologias. É possível encontrar, por exemplo, em material do MEC, inúmeras ideias de materiais que podem ser desenvolvidos e que permitem as trocas entre alunos e professores, e alunos e alunos. Muito dos exemplos de aprendizagem que temos nesse meio da Educação Inclusiva vêm com o uso de materiais didáticos criados, inventados na maioria das vezes pelos professores, de acordo com a necessidade dos alunos, ou para suprir a desvantagem que apresentava determinado aluno.

Mas se existem ao alcance tamanho desenvolvimento de materiais virtuais, para ajudar nas mais diferentes situações de dificuldades e desvantagens, é porque eles devem ser usados. Vale ressaltar que já estão ao alcance da maioria da população, inúmeros avanços com as TICs, e, apesar de seu pouco uso no contexto educacional, já existem muitas ferramentas que permitem acesso a essas tecnologias, uma vez em que para algumas deficiências, acessar informações através do computador é a única forma de obterem a informação de que precisam.

Segundo NUNES (2008), algumas das formas de acessibilidade às TICs se tornam possíveis com o uso de periféricos no computador, como teclados de conceitos, teclados virtuais, mouses adaptados, comando através de voz, leitor de telas para cegos, impressora em Braille, ampliação da tela. Esses aparatos que permitem o acesso à informação são conhecidos como Tecnologias Assistivas. Essas tecnologias possibilitam também que se comuniquem os

indivíduos incapazes de comunicar-se pela fala, através de voz digitalizada, símbolos gráficos, etc.

É possível pensar no uso das tecnologias não somente para os alunos que apresentam dificuldades, mas para uso de todos. Enfrentam-se hoje dificuldades nas escolas não somente quando se tem diante de si um aluno em situação de desvantagem. Os avanços tecnológicos fazem parte do dia-a-dia, estão nas imagens de televisão, nos modernos celulares que muitos alunos portam, nos diversos programas e ferramentas que já estão disponíveis, nos programas de computadores. Os alunos conhecem e acompanham as transformações e avanços no seu cotidiano e muitas das coisas que se tenta ensinar, certamente os atrairiam mais se fosse feito com o uso de outros instrumentos, como das tecnologias, uma vez em que estas estão muito mais próximas deles, do que os conteúdos trabalhados na escola e que muitas vezes não fazem sentido nenhum para eles da forma como são propostos. O ensino da forma tradicional, muitas vezes, já não é suficiente para suprir as necessidades dos jovens alunos de hoje, que não vivem a mesma realidade de anos anteriores, onde também a escola com acessibilidade física não se fazia necessária.

Encontra-se ainda grandes resistências no processo de inclusão por parte das escolas, gestores, professores, alguns pais de alunos, etc. Então, quando se discutem as possibilidades que se apresentam no que diz respeito à inclusão, certamente as respostas para muitos questionamentos como os feitos anteriormente se resumem à falta de informação e capacitação dos professores, além de poucos recursos e investimento na educação. A inclusão ainda está evoluindo de forma lenta, contradizendo a velocidade das mudanças tecnológicas no nosso cotidiano. Logo, as mudanças relacionadas a escola e a educação têm sido muito lentas também.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Como já havia sido mencionado no capítulo I deste estudo, o procedimento metodológico utilizado para a produção deste trabalho foi a pesquisa qualitativa em educação. Assim, para alcançar os objetivos previamente delimitados, definiram-se como sujeitos da pesquisa 02 professores (01 da SRM e 01 da Sala Regular de Ensino), três alunos que fazem parte do público alvo do AEE (02 alunos com TEA e 01 com deficiência física) e a escola (objeto de estudo).

Vale ressaltar que, de acordo com MOREIRA (2002), a pesquisa qualitativa é “um processo permanentemente inacabado que surge como uma proposta de investigação, possibilitando o investigado ter maior participação, apropriação do processo e dos resultados obtidos”. Por isso, em se tratando de uma pesquisa voltada para satisfação das necessidades humanas, foram levadas em consideração as mudanças acontecidas durante o processo. Logo, foi bastante relevante a observação dos sujeitos foco desta pesquisa dentro do espaço escolar, inclusive de sua história e realidade social.

Ao falar sobre a acessibilidade da escola, objeto da pesquisa em questão, foram realizados processos metodológicos como: a análise documental, que permitiu conhecer e se apropriar de informações que vão desde o significado dos nomes: EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSIVA e ACESSIBILIDADE até a realidade atual.

Com uma bagagem de conhecimento favorável sobre tema, foi chegada a hora de ir até a escola conhecer sua estrutura física e arquitetônica, bem como sua postura diante da realidade inclusiva vivenciada nos tempos atuais.

Esse momento foi direcionado à observação do espaço e da rotina escolar. Com a atenção redobrada, foi possível perceber as coisas, os seres e os eventos lá inseridos de uma maneira mais minuciosa, levando em consideração todos os detalhes possíveis. Isso propiciou uma maior compreensão de sua estrutura física e atitudinal, bem como dos alunos que possuem necessidades especiais. É importante lembrar, que neste dia, a visita foi documentada através de fotos e diários com a autorização prévia da gestão.

Depois, foi estruturado um roteiro de entrevista² com vinte perguntas abertas direcionadas à compreensão do espaço físico, da prática pedagógica e da formação dos

² ROTEIRO DE ENTREVISTA: Está na página 55 e 59 do TCC, em forma de apêndice.

professores que atuam em Sala de Aula Regular e do AEE e que trabalham com o público alvo da Educação Especial.

Esse momento foi muito importante para a pesquisa, pois propiciou o contato direto com duas professoras que trabalham na escola e convivem diariamente com os alunos, público-alvo da Educação Especial (deficientes, Transtorno Espectro Autista – TEA e altas habilidades ou superdotação).

Com o apoio destas questões, foram marcadas mais duas visitas. A segunda para a realização das entrevistas que se deu primeiramente com a professora da Sala Regular de Ensino e em seguida, com a professora responsável pela SRM e o AEE. É importante frisar que ambas responderam o mesmo roteiro, mas em momentos distintos. As entrevistas duraram aproximadamente trinta minutos cada. As duas foram muito agradáveis e solícitas, respondendo todas as perguntas com muita clareza e objetividade.

As perguntas foram divididas em três categorias: a primeira sobre o profissional de educação em Sala de Aula e sua relação com a Secretaria Municipal de Educação - SME. Neste quesito, tanto a professora da Sala Regular como a professora da SRM possuem formação em Pedagogia pela UFC, porém a primeira tem especialização em Didática e a segunda, em Psicopedagogia Institucional e Clínica, ambas, pela UECE.

As duas professoras trabalham como educadoras há mais de uma década e estão nesta escola há mais de cinco anos. Elas relataram que, ao longo de todos esses anos de trabalho na Prefeitura de Fortaleza, sempre mantiveram uma boa relação com a SME e participam frequentemente de formações continuadas promovidas pela escola e pela própria Secretaria. Vale ressaltar que essa escola da Prefeitura de Fortaleza é polo de várias formações na área de Educação Inclusiva e Especial, tornando-se referência no assunto. A professora da SRM é formadora da Prefeitura e atua tanto nesta escola quanto em outras da SER II.

Sobre esta orientação, Imbernón afirma:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de auto avaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. (2001 p.48-49)

A segunda categoria foi sobre a inclusão na Sala de Aula Comum e a Formação do Professor. A professora da Sala Regular afirmou que não vê nenhum problema em se ter alunos com deficiência dentro de Salas Regulares, já que os mesmos têm direito a uma educação que respeite a todos. Além disso, quando estudante, ela teve colegas com deficiência e já estava habituada a essa realidade. A professora da SRM também acredita na Inclusão e direciona seu trabalho para esta prática, atuando juntamente com a participação da professora da Sala de Aula Regular.

No entanto, os entraves que ela vê são mais pela questão da família, pois alguns pais ainda não interagem e participam da vida escolar da criança como deveriam. Isso acontece por falta de tempo e de informação.

É importante compreender que a prática inclusiva perpassa a vida escolar, ela vai além, se estende ao cotidiano, às ações de todos em relação a esta situação. Segundo MANTOAN (2003):

Pauta-se na capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes; é acolher todas as pessoas, sem exceção. É construir formas de interagir com o outro, que, uma vez incluídas, poderão ser atendidas as suas necessidades especiais; o estudante com deficiência física, os que têm deficiência mental, os superdotados, todas as minorias e para o aluno (a) que é discriminado (a) por qualquer outro motivo.

Sobre as estratégias de ensino, ambas utilizam os mesmos meios para os alunos com e sem deficiência, o diferencial são as atividades, pois, às vezes, é necessário adaptá-las para um resultado mais efetivo com as crianças com deficiência.

Essa fala das professoras foi bastante pertinente e dialogou em muito com a ideia de formação permanente no pensamento de Freire, pois ele afirmava que isso é resultado do conceito da “condição de inacabamento do ser humano e consciência desse inacabamento”, já que para FREIRE (2002), o homem é um ser inconcluso e deve ser consciente de sua inconclusão, através do movimento permanente de ser mais. Assim, tem-se que:

A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1997 p. 20).

Quando perguntadas quais os fatores que dificultam e facilitam a Inclusão, as duas foram categóricas ao afirmarem que os problemas se davam mais pela quantidade excessiva de alunos em sala e o fato de elas não terem ajudantes. Essa realidade traz desconforto e barreiras ao processo ensino-aprendizagem, dificultando o bom desempenho educacional do aluno. Além disso, elas mencionaram que a estrutura arquitetônica antiquada das salas impossibilitava a mobilidade das crianças com deficiência e impossibilitava algumas práticas pedagógicas, em especial, as que prezavam mais pela habilidade motora. A vantagem relatada ficou a cargo da facilidade de acesso de informações na Internet, já que há tudo disponível como vídeos, textos e até planejamentos.

Esse argumento foi interessante, pois propicia a reflexão sobre a estrutura física das escolas, em especial a da Sala de Aula Regular e a do AEE, atentando ao fato de que as escolas tradicionais precisam se preparar para receber todos os alunos.

Assim, o que Sassaki propõe se torna muito relevante, quando o mesmo enfatiza que:

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998c, p. 8)

Em relação à formação dos professores, ambas mencionaram que a escola, em parceria com a SME, oferece muitas formações continuadas. Porém, a professora da Sala Regular de Ensino disse que tinha dificuldade em compreender qual deficiência a criança possuía ou mesmo quais as dificuldades apresentadas pelos alunos, pois, apesar de todas as formações, não possui o mesmo conhecimento que a professora da Sala de Recursos Multifuncionais. E isso refletia, mesmo sem querer, em suas aulas e nas atividades propostas às crianças.

Contudo, a professora da SRM é sempre um elo positivo entre o educando e o educador da Sala Regular e, juntamente com seus conhecimentos, ensinamentos e seu olhar mais apurado para a questão, propõe soluções para o trabalho de Sala de Aula e disponibiliza materiais adaptados, que favorecem um ambiente mais ameno e voltado para uma melhor relação ensino-aprendizagem.

Finalmente, a professora da Sala Regular acredita que a formação continuada recebida seja boa, mas poderia ter uma maior duração, já que para ela o tempo de formação é muito rápido. Logo, há muito conteúdo para pouco tempo de formação, tornando-a muito superficial. A professora da SEM, por sua vez, acredita que as formações são adequadas e o tempo suficiente, mas deixa claro que as formações para os professores da Sala de Recursos Multifuncionais são maiores e mais complexas.

Essas afirmações mostram a necessidade e ao mesmo tempo a carência de práticas mais abrangentes e detalhadas para os professores da Sala de Aula Comum que lidam diariamente com crianças com necessidades especiais. E ao mesmo tempo, ratificam a formação consistente dos professores do AEE. Assim, BUENO (1993) afirma que:

A busca da qualidade do ensino para crianças com necessidades educativas especiais envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional: a primeira é a dos professores do ensino regular que conte com o conhecimento mínimo exigido, uma vez que há a possibilidade de lidarem com alunos com “necessidades educativas especiais”; a segunda é a de professores especialistas nas variadas “necessidades educativas especiais” que possam atender diretamente os discentes com tais necessidades e/ou para auxiliar o professor do ensino regular em sala de aula.

A terceira e última leva de perguntas foi sobre a relação estabelecida entre o professor da Sala Regular de Ensino e a equipe gestora e o professor da Sala de Recursos Multifuncionais, bem como a acessibilidade do espaço escolar. A professora da Sala Regular afirmou que tem muito envolvimento entre ela, a gestão e a professora do AEE, já que a coordenação e a direção sempre se mostram interessadas no andamento das atividades de sala e do desenvolvimento escolar dos alunos.

Ela também mencionou que há espaços sistematizados de discussão e reflexão sobre inclusão durante o ano letivo envolvendo direção, orientação pedagógica e professores para trabalhar temas como: dificuldades apresentadas em Sala de Aula e, conseqüentemente, a inclusão das crianças e as práticas pedagógicas mais interessantes para abranger o maior número de alunos possíveis.

Suas palavras dialogam com o que CAVALCANTE (2005) prega:

É importante ressaltar que o novo traz receios, e o gestor deve estar atento a este temor, encorajando todos os participantes do processo de inclusão a uma busca de novas práticas, apoiando o corpo docente para a aquisição de uma atitude inclusiva, respeitando sempre a individualidade de cada um.

Além disso, ela comentou que há equipamentos específicos, material didático, recursos pedagógicos e de acessibilidade disponíveis na sua escola, principalmente na SRM e na Biblioteca, como: jogos, alfabetos móveis, material em Libras e até em Braile.

Em relação ao espaço físico da escola, ela disse que ele não é adaptado com rampas de acesso, portas largas e banheiros para deficientes e que isso não colabora para uma real inclusão do corpo discente. E que essa mudança deve ser emergencial e objetiva para que a acessibilidade se torne real e as necessidades de locomoção sejam vistas como prioridade, de forma séria e criteriosa. Assim, as crianças com deficiência poderão ter livre acesso ao espaço escolar com segurança e autonomia.

Logo, vê-se que as escolas públicas devem encontrar uma maneira de eliminar as barreiras existentes para oferecer o acesso necessário. De acordo com o Art. 24 do Dec. 5.269/2004:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Ao falar sobre a Sala de Recursos Multifuncionais, a professora da Sala Regular acredita ser importantíssima, porque é uma forma de auxiliar o trabalho do professor na Sala de Aula Comum. Também é mais um espaço onde a criança pode se desenvolver de forma global, enfatizando e potencializando suas habilidades e minimizando ou sanando suas dificuldades intelectuais, afetivas, emocionais, sociais e até mesmo motoras.

A professora da SRM tem uma opinião muito semelhante à da primeira professora. O ponto mais relevante de sua fala foi o fato de seu trabalho ser muito interligado ao dos professores da Sala de Aula Regular, porque desde o início deste ano, ela, juntamente com o corpo gestor, fazem um trabalho de sensibilização sobre a inclusão.

Suas atividades são desde palestras para os professores, alunos, famílias e funcionários, até a elaboração do planejamento escolar. Além disso, ela procura unir o que a criança vê em Sala de Aula Comum e o que ela precisa focar na SRM, pois o objetivo é fazer com que os alunos se sintam incluídos na Sala de Aula e, para isso, o vínculo com os professores regulares é essencial.

A fala da professora do AEE quando analisada reflete o pensamento expresso pela UNESCO (p.143) através da Declaração de Salamanca:

Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que possam fazê-lo. (...) Uma administração escolar bem-sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores, do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva de trabalho em grupo no sentido de atender às necessidades dos estudantes.

Por fim, ela falou de sua experiência na Sala de Recursos Multifuncionais e com o Atendimento Educacional Especializado. Neste quesito, ela comentou que seu foco na Sala de Recursos é trabalhar as habilidades dos alunos com deficiência, TEA e altas habilidades ou superdotação, e que as crianças não devem ser vistas pelas dificuldades, e sim pelas potencialidades. Logo, o seu trabalho é incentivar tudo que elas têm de melhor para poder levar para a Sala de Aula Regular também.

É importante ressaltar que houve vários momentos interessantes ao longo das entrevistas, mas um dos mais relevantes foi o fato das duas mencionarem o quanto a gestão contribui para a inclusão dos alunos no contexto escolar. Elas relataram que há uma campanha intensa na escola a fim de conscientizar corpo discente, docentes, funcionários e comunidade sobre o real sentido da inclusão e que a Educação Especial deve ser vista como parte da Educação Inclusiva e com um olhar mais atento e crítico. Assim, deve-se cobrar da sociedade e do Estado que os direitos das crianças com deficiências, TEA e altas habilidades ou superdotação, público-alvo da Educação Especial, sejam respeitados e, para isso, se faz necessário garantir às mesmas o acesso à escola em sua totalidade, desde sua parte física e estrutural, até sua parte pedagógica e didática.

A terceira e última visita foi para assistir a uma aula dentro da sala de Recursos Multifuncionais. Isso foi vital para a pesquisa, pois foi possível ver a professora do AEE em atuação e como os alunos compreendem e fazem parte deste momento, e claro, do processo ensino-aprendizagem. Ou seja, foi possível ver como a inclusão realmente acontece em um momento de socialização do conhecimento.

Essa aula foi muito proveitosa, pois permitiu ver como a professora do AEE trabalha com as crianças, sua metodologia e didática. Também foi possível conhecer a fundo a estrutura da SRM e perceber o quanto ela é importante para o desenvolvimento educacional

do aluno, já que a mesma possui muitos recursos pedagógicos que melhoram a relação ensino-aprendizagem das crianças e favorecem um crescimento integral das mesmas.

A realidade vivenciada em sala foi muito boa, pois a professora do AEE mostrou-se conhecedora das orientações do MEC (2006, p.17):

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e/ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

Bem como comunga de pensamentos educacionais similares a teóricos como Mori & Brandão:

O apoio especializado tem como característica a suplementação ou enriquecimento dos conteúdos escolares do currículo formal, bem como de temas que não estão presentes nos currículos convencionais, mas que sejam considerados pertinentes pelos professores e de interesse dos alunos. As atividades desenvolvidas no programa podem ser realizadas em grupos ou individualmente, de acordo com um cronograma a ser organizado pelo professor (MORI & BRANDÃO, 2009, p. 3)

É bom lembrar que a aula acontece no contra turno do educando, e que possui cerca de duas horas. É um apoio ao aluno público-alvo da Educação Especial e deve conter conteúdos interligados aos que o mesmo está vendo em Sala de Aula Regular. Logo, é de vital importância que haja uma boa comunicação entre a educadora da Sala Regular de Ensino e a do Atendimento Educacional Especializado.

Um detalhe muito enfatizado pela professora do AEE é o fato de que a aula não é um reforço e sim um complemento e/ou aperfeiçoamento para as crianças que precisam de um olhar mais cuidadoso em relação a sua caminhada educacional. De acordo com a resolução 4/2009, Art. 2º, tem-se:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Assim, com tudo que se foi visto e conversado, foi possível entender a realidade na qual está inserida essa Escola de Ensino Fundamental do Município de Fortaleza e com ela responder às perguntas feitas na introdução deste trabalho. Logo, conclui-se que a escola tem como prioridade a Educação Inclusiva, possuindo como filosofia a inclusão de todos. Também ficou claro que o corpo gestor, com a participação dos docentes e funcionários da escola, possui um olhar sensível à realidade inclusiva, e que todos anseiam por uma educação de boa qualidade para as crianças e por isso, trabalham junto às famílias para que as mesmas se desenvolvam da melhor maneira possível.

Contudo, a acessibilidade enfrenta muitos entraves, já que o espaço físico ainda não está adequado para receber os alunos com deficiência e por isso, impede que os mesmos tenham liberdade para se locomover ou aprender.

Logo, é fundamental que essa realidade seja transformada e que a Prefeitura de Fortaleza, juntamente com seus representantes políticos, faça as mudanças cabíveis e torne este espaço escolar mais apropriado para o desenvolvimento pedagógico, cognitivo e social dos educandos.

Uma maneira viável a este processo seria a mudança arquitetônica do espaço escolar, bem como o aumento do uso das TICs. Neste caso, seria necessário um investimento financeiro maior, pois além de mudar a estrutura física do local, adaptando-o às necessidades das pessoas com cadeiras de rodas e dos cegos, é vital a compra de softwares e materiais pedagógicos para surdos e crianças com TEA e altas habilidades ou superdotação.

6 CONCLUSÃO

Retomando os objetivos norteadores deste trabalho, pode-se afirmar que, de acordo com o primeiro, que consistia em conhecer o conceito de acessibilidade física e comunicacional, foi mostrada a construção histórica do conceito de Acessibilidade e de Educação Especial. Isso permitiu perceber que todo o contexto desta modalidade de educação e seu desenvolvimento levam à realidade que temos hoje, na qual se busca incluir todos os alunos na escola, e para isso, ter acessibilidade é fundamental para o acesso de todos à educação.

Através do estudo do histórico do tratamento dado às pessoas com deficiências, foi possível perceber que as possibilidades inscritas, inclusive nas legislações atuais, se encaminham para a inclusão de todos os alunos na rede regular de ensino. Nessa expectativa, tem-se que a acessibilidade se torna um item muito importante para que aconteça a inclusão nas escolas.

A inclusão é a perspectiva da educação que pensa numa escola diferente, aberta à diversidade de todos os alunos. É uma perspectiva que certamente precisa da ressignificação de muitos conceitos na educação e da criação de possibilidade de uma aprendizagem a todos os alunos.

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político-pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola. (CARVALHO, 2004, p. 73)

Ao realizar essa pesquisa, foi possível averiguar que a educação progride de forma lenta, e mais vagarosa ainda, a educação inclusiva. A segunda por sua vez, trava batalhas árduas para existir em um sistema onde as barreiras ao novo ainda têm muito peso. Apesar de hoje se falar mais sobre as diferenças e do respeito à diversidade, o mundo ainda continua despreparado quando o assunto é educação escolar, já que a mesma ainda se apresenta de forma tradicionalista ou apesar de uma concepção inovadora, ainda não possui recursos financeiros e físicos para acolher a todos de forma igualitária, mas se adequando às suas peculiaridades.

Em relação ao segundo objetivo, que foi o de refletir sobre as concepções de acessibilidade na legislação, foi constatado que já existem muitos registros sobre acessibilidade nas legislações brasileiras, porém não se percebe grandes atitudes em relação ao problema existente. Constata-se também, que com o passar do tempo, as leis têm se tornado mais específicas e eficientes, e o que falta ainda são programas que tornem possível a acessibilidade.

Com as legislações e programas já existentes, poucas são as mudanças percebidas de imediato, mas sabe-se que as futuras mudanças dependem daqueles que estão em relação direta com os alunos em situação de desvantagem. Por isso, é importante uma mudança atitudinal dos educadores e da sociedade como um todo. Assim, os professores precisam lutar por um espaço na escola que possibilite a aprendizagem de todos os educandos. Os gestores, por sua vez, devem encaminhar suas demandas e lutar para que sua escola seja adaptada tanto arquitetonicamente quanto com ferramentas que possibilitem comunicação e informação a todas as crianças. E as suas famílias devem estar sempre atentas aos seus direitos e lutarem para que estes sejam cumpridos.

Além disso, a sociedade precisa apoiar e prestar atenção ao que se passa entre os muros da escola, já que ela será seus olhos e ouvidos perante as autoridades que, evidentemente, devem estar atentas ao cumprimento das leis em vigor, uma vez em que essas já suprem uma boa parte das mudanças necessárias, mas que na maioria das vezes passam despercebidas.

O terceiro objetivo vem complementar em muito o segundo, já que aborda a importância de refletir sobre as mudanças necessárias no ambiente físico e comunicacional escolar. Logo, este objetivo vem defender e garantir a inclusão através dos avanços ocorridos, tanto relacionados à acessibilidade arquitetônica, quanto de acesso à informação e comunicação.

Em relação ao acesso arquitetônico, foi possível constatar que essas são mudanças mais fáceis de serem realizadas, por requererem apenas adaptação dos prédios já construídos, ou um planejamento dentro das normas legais dos prédios novos. Contudo, isso ainda não se tornou realidade em nosso país, já que há poucas mudanças nesse sentido.

O fato de transformações tão necessárias ocorrerem de forma extremamente lenta estão ligadas há inúmeros fatores, porém, os mais rotineiros são: a negligência do poder público diante desta situação, a falta de informação da sociedade, que se vê de mãos atadas,

sem ter como reagir a tanto descaso, aos próprios educadores que não se mobilizam para lutar por seus direitos. Ou seja, é um conjunto de fatores que favorecem esse ambiente vicioso e permissivo, tornando a inclusão uma realidade ainda distante, apesar de todas as leis e mobilizações existentes.

Outro fator agravante foi o fato das obras patrocinadas com o dinheiro público não cumprirem as recomendações da legislação vigente no que diz respeito às normas de segurança e de acessibilidade. Essa realidade prejudica muito o acesso da criança em situação de desvantagem à escola, pois a mesma não tem como se locomover e ter acesso a todas áreas comuns ofertadas no ambiente escolar e, com isso, seu ensino, socialização e autoestima ficam comprometidos.

Nos casos das edificações e dos equipamentos existentes, portanto, há que investir em obras para as adaptações físicas necessárias ao acesso dos alunos, dos mestres e da comunidade, incluindo instalações complementares, tais como sinais sonoros e de trânsito, rampas, elevadores, móveis ou salas de recursos. Sobretudo, no caso das grandes redes físicas escolares, para que estes novos investimentos sejam economicamente viáveis, em prazos aceitáveis, a diretriz mais sensata, certamente, será o aproveitamento sistemático e gradual das oportunidades que vão surgindo para as intervenções de manutenção corretiva, ou seja, para as obras de recuperação e reforma (EDIFICAÇÕES, 1997, p. 8).

Ao falar do acesso à informação e à comunicação, encontramos mais resistência ao seu uso pelo desconhecimento das tecnologias e pela mudança, já que ela aparentemente interfere nos métodos de ensino tradicionais. Por exemplo, com as formas de acessibilidade à informação e comunicação, o processo de ensino-aprendizagem se torna possível em espaços onde antes não era concebido. Isso mostra o quanto é possível que a inclusão aconteça dentro da sala de aula, como é possível atender diferentes alunos de diferentes formas dentro da escola.

Uma vez em que se mostra essa possibilidade, surgem outros enfrentamentos: despreparo dos professores para atenderem esses alunos, falta de interesse em tentar atendê-los, falta de recursos na aquisição dos equipamentos que possibilitem o acesso à informação e possibilitem a comunicação, falta de investimentos nesses espaços específicos dentro da escola, enfim, problemas que fazem parte das escolas públicas que se acentuam aqui, uma vez em que essas ferramentas são muito importantes para que aqueles alunos em situação de desvantagem possam permanecer dentro do espaço escolar.

Em contrapartida a tudo isso, encontramos espaços para as experiências que têm dado certo, para as escolas que têm prontamente se esforçado para atender aos alunos em situação de desvantagem, para as ideias criativas dos professores em possibilitar que a aprendizagem se torne possível para todos. São escolas que não medem esforços em construir rampas e em adaptar banheiros, que incentivam e orientam seus professores sobre a melhor maneira de como atender esses alunos.

E pensando nessas escolas, nas possibilidades de melhoria que existem e podem ser implantadas, em buscar sempre ver o que se pode realizar de forma a facilitar o acesso e a aprendizagem de todos os alunos, que se conclui esse trabalho.

Não existem respostas certas a todas as questões que foram apresentadas, mas sabe-se que, com a ajuda e boa vontade de alguns que convivem nesse meio no qual a acessibilidade se faz presente, muita coisa é possível. E muitas coisas ainda podem acontecer se cada vez mais pessoas tomarem conhecimento das legislações e direitos que existem.

Logo, a partir deste estudo, foi possível verificar o que foi questionado originalmente, ou seja, como a inclusão se dá em uma escola de Ensino Fundamental pertencente à rede pública municipal de Fortaleza. Assim, percebeu-se que a escola estudada é comprometida com a educação inclusiva e vê na mesma, a ponte que a conduzirá a uma educação mais democrática e menos preconceituosa. No entanto, ainda há muito o que melhorar, pois apesar da boa vontade dos professores e da gestão, a escola deixa muito a desejar no quesito estrutural e comunicacional. Pois, mesmo com uma Sala de Recursos Multifuncionais equipada, as salas regulares ainda estão aquém do necessário para atender ao público alvo da Educação Especial (deficientes, Transtorno Espectro Autista – TEA e altas habilidades ou superdotação).

Sendo assim, conclui-se que os objetivos inicialmente estruturados e que serviram de norte para esta pesquisa foram respondidos, já que se pôde evidenciar que a escola e seus funcionários conhecem bem as leis que regem a inclusão, mas por motivos físicos e estruturais não são capazes de atender as necessidades de todos em sua plenitude. Por isso, se faz necessário que a sua parte física seja reestruturada e adaptada para receber usuários de cadeiras de rodas; que os recursos pedagógicos para pessoas com surdez e cegueira sejam adquiridos e melhorados; e que haja mais treinamentos para a capacitação do professor e de todos os profissionais que atuam na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. >. Acesso em maio, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Ética e Cidadania: Construindo Valores na escola e na sociedade/ inclusão e exclusão escolar**. Organização FAFE – Fundo de apoio à Faculdade de Educação (USP). Brasília: MEC/Secretaria da Educação Básica, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução 04/2009**. Institui o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, 2009.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2004.

BUENO JGS. **Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente**. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; GOMES, Robéria Vieira Barreto; SILVEIRA, Selene Maria Penaforte. **Dialogando sobre a Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva**.

CARMO, H. & FERREIRA, M. (1998). **Metodologia da Investigação**. Lisboa: Universidade Aberta.

CARVALHO, Rosita. Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 9 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

CARVALHO, Rosita. Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: Educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTE, Meire. **Como criar uma escola acolhedora**. In: Nova Escola. Mar, ed 180. São Paulo: abril, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social**. Rio de Janeiro: Descubra, 2008

FIGUEIREDO, R. V. **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Freire, 2002.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Caminhos pedagógicos e Educação Inclusiva**. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis, Vozes, 2004.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Método Fenomenológico na pesquisa**. Thomson Pioneira, 2002.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; BRANDÃO, S. H. A. **O atendimento em salas de recursos para alunos com altas habilidades/superdotação: o caso do Paraná**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 15, p. 485-498, 2009.

ROPOLI, E. A.; MANTOAN, M. T. E., SANTOS, M. T. C. T., MACHADO, R. **A escola comum inclusiva**. Brasília: MEC/UFC, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento**, v.7, n.39. 1998.

DEC 5.296/2004 (DECRETO DO EXECUTIVO) 02/12/2004. **Regulamentação das Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> - Acesso em 21/10/2012

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM UMA PROFESSORA DA SALA DE AULA COMUM

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA

1 Qual a sua formação inicial?

Sou formada em Pedagogia pela UFC e tenho especialização em Didática pela UECE.

2 Qual o seu cargo?

Sou professora do Município PRA no 1º ano da manhã como polivalente e, no turno da tarde, sou PRB no 4º e 5º ano com as disciplinas de História e Geografia.

3 Há quanto tempo você atua nesse cargo?

Nessa escola, eu trabalhei 3 anos, dei um tempo, e retornei há 2 anos. Assim, estou com 5 anos aqui. Mas no turno da tarde, eu só tenho 3 meses aqui nessa turma do 4º ano B.

4 Há quanto tempo você atua na educação?

Há 11 anos sou professora.

5 Possui curso de extensão ou pós-graduação? Quais?

Sim, fiz especialização em Didática na UECE.

6 Como é para você ter um aluno com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, nas suas aulas?

Eu não vejo problema porque, quando eu entrei na Prefeitura em 2004, peguei uma sala de Educação Infantil com 3 alunos especiais. Eu não tive dificuldades porque a escola, aqui mesmo, já tinha sala de AEE e ela me deu muito apoio. Além disso, quando eu estudei no Ensino Médio, a gente tinha na sala alunos com deficiências. O colégio era particular, mas mesmo assim, os padres já aceitavam receber alunos com deficiências. Então, para mim foi fácil porque já tinha um contato e tenho até parentes na família como primos com alguma deficiência.

7 Você compreende o tipo de deficiência ou dificuldade de aprendizagem que o aluno tem? Sabe as limitações e potencialidades?

O Leandro não tem laudo. Ele tem alguma coisa escrita da família na pasta individual que fica com a professora PRA. Mas a gente acha que é alguma Deficiência Intelectual que ele tem. Eu já fiz prova de História e Geografia com ele, e eu tenho que ler a prova, explicar várias vezes, até mesmo para escrever. Ele tem muita dificuldade para entender porque, às vezes, quando estou explicando, fico perguntando: “Leandro, você entendeu?” E ele fica no mundo dele, sem responder nada. Os colegas da turma sabem que ele é especial e ajudam. Ele escreve, mas a letra é “tremidinha”.

8 Tem dificuldade de planejar aula para incluir esse aluno nas atividades?

Tenho, porque como eu sempre ensinei Educação Infantil e Alfabetização, que hoje é o 1º ano, ainda estou aprendendo a ensinar História e Geografia. Comecei agora em agosto a ser PRB do 4º e 5º ano, e agora estou aprendendo todo o conteúdo novo e as estratégias. Também peguei a turma já andando e fica complicado. O planejamento não foi compartilhado, porque no primeiro semestre, era uma professora substituta. Ela saiu e não deixou nada. Eu peguei tudo meio “voando” agora que sou efetiva.

9 Quais materiais adaptados você conhece?

Tem as placas que trabalham as figuras e as palavras, tipo um jogo de memória; tem as formas grandes. Na minha experiência na Educação Infantil, já utilizei a caneta adaptada com uma aluna com deficiência motora e intelectual. Também já tive uma aluna surda e trabalhei com o alfabeto todo em libras, e acabei aprendendo algumas coisas com a própria aluna porque ela tinha aula à tarde de Libras na Escola de Surdos e ensinava para a turma. E aqui também na sala de AEE, tem muito material. Na nossa biblioteca, também tem muito material de bibliografia que vem do MEC para pesquisar e com sugestões de atividades.

10 Quais as estratégias que geralmente utiliza para incluir esses alunos?

Geralmente com o Leandro, eu faço o que faço com qualquer aluno. Não uso estratégia diferente. O que faço, quando preciso, é alguma atividade diferenciada como, por exemplo, na prova, eu fico do lado dele, eu leio a prova e ajudo. Quando trabalhamos mapas, eu trouxe um mapa bem grande de quebra-cabeça e trabalhei com ele, porque se fosse só no desenho, ele

não conseguiria entender as regiões e as cidades. Ele consegue fazer o mapa completo no quebra-cabeça.

11 Há fatores que dificultam a inclusão? Quais?

O que eu acho que mais dificulta é o professor ficar sozinho em sala com muitos alunos. Não tem um auxiliar na sala, apenas na Educação Infantil.

12 Há fatores que facilitam a inclusão? Quais?

A melhor coisa hoje é a facilidade de acesso de informações na internet. Tem tudo disponível como vídeos, textos e até planejamentos.

13 Como você acha que deve ser a formação inicial e continuada do professor para atender aos alunos a partir da proposta da educação inclusiva?

Uma das coisas que eu mais questiono nas formações da Prefeitura é o tempo porque é tudo muito rápido. É muita coisa para pouco tempo de formação. Agora, depois da última que eu fiz, já entraram assuntos novos, mas a gente devia todo ano ter acesso a essas novidades porque todo ano vamos ter alunos diferentes. Pode acontecer de ter alunos com a mesma deficiência, mas eles serão diferentes. Com essas formações muito rápidas, não temos tempo de aprofundar nada naquela deficiência, porque é um curso que engloba tudo e acaba sendo muito superficial. Quando eu fiz a Graduação e fiz a disciplina de Educação Especial, não dava para trabalhar em sala com nenhuma deficiência porque foi tudo só introdução.

14 Você sente desejo ou necessidade de aprender mais sobre seu trabalho? Em caso positivo que demanda você teria de formação?

Eu sinto a necessidade de ter novas formações e aprender mais, porque, por exemplo, no ano passo, tive um aluno com autismo e eu não sabia quase nada a respeito dessa deficiência. Depois de três meses de aula, a mãe conseguiu o diagnóstico e o laudo e ele começou a frequentar a sala de AEE e, então, fui aprendendo um pouco mais com a professora da sala de recursos. Uma coisa nova que aprendi foi que eles não gostam de som alto e de muito barulho, e com isso, fui controlando os barulhos da sala.

15 Você participa e/ou participou de cursos oferecidos pela Secretaria de Educação? À distância ou presencial? O que você pensa sobre esses cursos de formação continuada?

Participo quando tenho oportunidade. Já fiz à distância e presencial. Da Prefeitura, todo ano tem uma Formação do ano que você está lecionando. Esse ano, por exemplo, faço a formação do PAIC para o 1º ano manhã (que foi igual ao do ano passado) e também de História e Geografia para o 4º e 5º ano tarde. Acontece 2 dias da semana com 4 horas.

16 Quais as deficiências que existem aqui na escola?

Aqui na escola tem Síndrome de Down, Autismo, Deficiência física, Deficiência Intelectual e outros que não têm laudo.

17 Como você percebe o envolvimento da equipe pedagógica, incluindo o gestor da escola, com a SRM?

Tem muito envolvimento porque a coordenação e a direção sempre ficam perguntando se estamos tendo dificuldades com esses alunos.

18 Há espaços sistematizados de discussão e reflexão sobre inclusão durante o ano letivo envolvendo direção, orientação pedagógica e professores?

Sim. Temos algumas reuniões no semestre em que discutimos as dificuldades de sala de aula e, conseqüentemente, a inclusão.

19 Quais equipamentos específicos, material didático, recursos pedagógicos e de acessibilidade estão disponíveis na sua escola?

Temos muitos materiais aqui na escola na sala de recursos como jogos, alfabetos móveis, material em Libras e até em Braile. O espaço físico da escola também é adaptado com rampas de acesso, portas largas e o banheiro também é adaptado.

20 O que você pensa acerca do Atendimento Educacional Especializado – AEE ser oferecido nas salas de recursos multifuncionais?

Acho importantíssimo, porque é uma forma de auxiliar o trabalho do professor na sala de aula.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM UMA PROFESSORA DO AEE ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA

1 Qual sua formação inicial?

Minha formação inicial é Pedagogia.

2 Qual o seu cargo e há quanto tempo você atua na educação?

Atuo na educação desde 2001. São 14 anos e, nesse cargo, há 6 anos, que aqui na sala de recurso multifuncional, e eu sou especialista em atendimento educacional especializado.

3 Possui curso de graduação e extensão, quais?

Tenho pós-graduação em Psicopedagogia e AEE.

4 Como você ingressou nessa área da educação especial?

Desde a faculdade de Pedagogia, eu me interessava por disciplinas que iam para o lado da educação especial e inclusiva, e gosto demais, tanto que fiz Psicopedagogia logo que terminei a faculdade, e tinha muita curiosidade em trabalhar com crianças que possuem deficiência.

5 Fale sobre os principais entraves vivenciados por você na dinamização da sala de recurso multifuncional.

Na verdade, a gente faz um trabalho de inclusão na sala de aula regular. Esse trabalho, em questão de entraves, eu vejo mais pela questão da família e não dos professores da sala de aula regular. Porque eu sei que é necessário eles terem uma formação nessa área, porque é uma área muito vasta, muito extensa, conteúdos, a forma de lidar, a metodologia utilizada em sala, então tudo isso, eu não chamo assim de entraves, e sim deles poderem ter acesso melhor a esses conteúdos que nós temos, enquanto profissional dessa sala, que nós temos formação constante, e eles não acho que sim os professores necessitam de mais formação e a família precisa ser mais presente.

6 A secretaria de educação especial dá apoio aos professores da sala de recursos?

Sim. A gente é diretamente ligada aos distritos, temos técnicas do distrito que sempre vem aqui para ver como está o trabalho, o que a gente está precisando, e o pessoal da secretaria

também, a gente tem formações constantes. Ontem mesmo eu estava em uma formação, e inclusive eu sou formadora da prefeitura da sala de recursos e do ensino fundamental.

7 Quais ações com relações aos professores da sala comum você se envolve? Como é o seu trabalho com relação aos professores da sala comum?

A gente tem um trabalho muito interligado, porque desde o início do ano que fazemos esse trabalho de sensibilização sobre a inclusão. No início do ano, a gente faz palestra para eles, mostra aos alunos que a gente vai estar recebendo, depois ficamos nessa conversa de porta, né? Porque depois, cada um faz o planejamento em um dia diferente. Enquanto eles estão planejando, eu estou atendendo em sala. Aí, fica mais difícil a gente estar junto no planejamento. Nosso contato é esse. Quando eles têm dificuldades, vêm aqui, perguntam, pegam material, a gente indica material para eles usarem em sala de aula, e, com dificuldade, a gente está sempre tendo essa ligação direta, porque o objetivo é esse, fazer com que o aluno se sinta incluído na sala de aula.

8 Fale um pouco de sua experiência na sala de recurso multifuncional, com AEE.

Bem, o foco do nosso trabalho aqui na sala de recursos é trabalhar as habilidades e potencialidades, que, na maioria das vezes, não é tão destacado. E como eles têm muita dificuldade de aprendizagem, a maioria, um atraso cognitivo, eles são vistos mais pelas dificuldades e não pelas potencialidades. Então, a gente incentiva o trabalho das potencialidades que eles têm de melhor. A gente trabalha para poder levar para a sala de aula algo que eles podem fazer, que eles conseguem.

9 Para atuar nas salas de recurso multifuncional, o professor especializado precisa ou não de formação continuada? Quais os tipos de formação continuada que você já fez?

A gente está em constante formação, né? E assim, eu vejo que essa especialização que a gente fez pela UFC foi muito importante para nós, professores da sala de recurso, porque ela englobou muitos conteúdos importantes. Tenho curso de Braille, Libras, Soroban. No decorrer dos anos, a gente vai fazendo, né? E a prefeitura oferecendo outros cursos.

10 Como você acha que deve ser a formação inicial do professor da sala de recursos?

Eu acho que é esse curso de especialização. Tem que ter. É o básico. Eu entrei tendo só Pedagogia. Depois, foi que eu fiz Psicopedagogia, e essa especialização, mas acho que esse curso é o básico, porque você tem noção do todo.

11 Você se sente apta para oferecer o AEE para qualquer nível da educação básica?

Sim.

12 Como você percebe o envolvimento da equipe pedagógica, incluindo o gestor da escola, com a sala de recurso multifuncional?

Aqui nós temos uma liberdade muito grande e um acesso muito bom em relação aos gestores. Então, todo o projeto, todas as ações voltadas para a educação inclusiva são apoiadas pela gestão da escola. Aqui, não temos falta de material, de recursos que a gente solicita. Então aqui, nessa sala, a gente tem um apoio bastante significativo da gestão.

13 Quais são as atribuições de um professor da sala de recurso multifuncional?

As minhas atribuições, é o que eu já estava falando para vocês, trabalhar as potencialidades dessas crianças, o que elas conseguem, que isso vai gerar uma melhor atuação delas na sala de aula regular. Elas se sentem mais seguras, mais confiantes e vão para a sala de aula de uma outra forma. O atendimento é no contra turno, não é no mesmo turno. Então, ela vem para mim no contra turno e a gente faz esse trabalho de conscientização das habilidades que eles têm para levarem para a sala de aula.

14 Quais materiais didáticos pedagógicos de acessibilidade que estão disponíveis para eles?

A gente tem muito material mesmo. Aqui nós temos. Não são todas as escolas que têm né? Então, somos privilegiados por termos muito material. Temos material para trabalhar com pessoas surdas, cegas, com deficiência intelectual e muitos materiais que a gente confecciona no dia-a-dia. O professor está trabalhando sobre água. Aí, a gente confecciona um cartaz que faça com que eles entendam melhor qual é o ciclo da água. Esses materiais também são confeccionados por eles, não só por mim, mas por eles também, para levar para sala para eles poderem aprender melhor lá.

15 Os professores são sensíveis à inclusão na escola?

Eu acho. A gente faz o trabalho de conscientização há um tempo aqui, né? Então, eles já são mais sensíveis, apesar da troca de professores no ano letivo. Mas a maioria é sim. Eu digo sempre para eles que eles me ajudam nesse processo de inclusão. Eu sozinha não faria nada. Obviamente que nem sempre a gente acerta, né? Para cada indivíduo, a gente tem que planejar, traçar metas diferentes.

16 Aqui vocês têm de auxiliar para trabalhar com as crianças com deficiência na sala de aula regular?

Tem uma profissional de apoio nas salas de aula regular, mas ela é rotativa. Onde está precisando, ela está naquele momento.

17 Que medidas do AEE ofertadas na sala de recurso atendem às necessidades de cada aluno?

A gente tenta trabalhar o aluno como indivíduo singular, e é único como todos são, né? Então, assim, a gente tenta suprir as necessidades deles de acordo com o nível que eles estão em sala de aula. Se eles estão no nível de leitura e escrita, pré-silábico, a gente tenta trazer atividades que possa desenvolver e avançar esse nível.

18 Você sente desenvolvimento deles?

A gente sente. Não é na mesma velocidade que os outros alunos, mas a gente sente sempre, porque é um processo e a gente compreende esse processo.

19 Como são organizados o tempo e horários de atendimento da sala de RM?

É realizado no contra turno, em duplas, trios, mais ou menos uma hora, duas vezes por semana.

20 Qual o seu planejamento para a sala do AEE?

Cada aluno tem um plano de aula individual, e a gente está sempre revendo esse plano, traçando as ações, as atividades que são desenvolvidas. E a gente está sempre revendo o plano para ver como é que ele está, se está sendo cumprido.

21 As famílias vêm e participam do acompanhamento da criança?

Na entrevista inicial, as famílias são bem abertas, mas sinto falta da participação no dia-a-dia deles. O aluno está com dificuldade, acabou o medicamento e não está tomando o medicamento. Aí, a família às vezes não nos comunica que precisa ir ao médico. Aí, essa parceria é um pouco falha por isso. A família não insiste, não está presente na escola.

22 Quantos alunos você atende?

Vinte e oito.

23 Há dificuldade na oferta de atendimento na escola regular? Quais?

Hoje, a gente tem muitas escolas com essa oferta aqui no município de Fortaleza. Já tem vários avanços, né? Como as questões da matrícula, que acontece antes da matrícula regular, para ver quais alunos com deficiência vão ter, para ter ideia da demanda. E hoje esse aluno está inserido na sala de aula, e é onde sempre deve estar.

24 Quais benefícios e dificuldades você identifica no serviço de apoio ofertado?

Benefícios, eu já falei que são vários, né? A escola que tem sala de recurso tem grandes possibilidades de ter mais instrumentos para trabalhar com aquele aluno, né? É tudo diferente assim. O aluno necessita no mesmo turno de um apoio, a professora da sala de recurso está lá, e as escolas que não tem já tem essa desvantagem. E dificuldades que eu vejo é só na questão da ausência da família e da formação do professor na sala de aula regular.

APÊNDICE C

FOTOS DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA



